



Professores não estão satisfeitos com proposta do estatuto da carreira docente

Docentes querem saber como será recrutar contratados

FNE e SIPE pediram nova reunião ao Governo e querem garantias de que toda a seleção respeitará a lista graduada

Alexandra Inácio
alexandra.inacio@jn.pt

NEGOCIAÇÕES A Federação Nacional da Educação (FNE) e o Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE) concordam que o Estatuto da Carreira Docente (ECD), em processo de revisão, devia afirmar claramente que a contratação de docentes, para necessidades permanentes ou temporárias, deve ser feita por concurso baseado na graduação profissional. As duas organizações também estão preocupadas com o possível afastamento de professores que não consigam terminar a profissionalização em três anos, por falta de oferta. E já pediram nova reunião ao Governo.

Além da Fenprof, que não participou na última ronda em solidariedade com o S.T.O.P., excluído por ter organizado um protesto à hora da reunião, também FNE e SIPE pedem ao Governo para não fechar já

as negociações sobre o recrutamento e habilitações. Se o Ministério da Educação avançar para o terceiro tema (formação), as organizações avisam que vão requerer a negociação suplementar.

FALTA DE OFERTA

Para Júlia Azevedo, líder do SIPE, a terceira e última proposta apresentada pelo Governo “é completamente omissa” em relação ao recrutamento e seleção dos contratados.

“Nunca abdicaremos do concurso nacional, centralizado e baseado na graduação profissional [previsto na proposta para a vinculação nos quadros] para as necessidades permanentes ou transitórias. É certinho”, avisa Júlia Azevedo, considerando que a proposta abre porta, pela omissão, a outros modelos aplicados noutros setores da Função Pública, como a entrevista.

O secretário-geral da FNE frisa que apesar de o

atual ECD também não especificar o recrutamento dos contratados, considera que deve constar do novo diploma o princípio de que todos os concursos se basearão na graduação profissional. Tal como a anualidade dos concursos. O Governo, assegura Pedro Barreiros, pretende remeter para os diplomas específicos dos concursos estas questões.

Outra preocupação da FNE e SIPE é o período experimental. O problema, insistem Pedro Barreiros e Júlia Azevedo, é que nos últimos concursos extraordinários entraram nos quadros milhares de docentes sem profissionalização (mestrado em Ensino) que têm três anos para concluir a formação ou perdem o vínculo. Ora, defendem ambos, compete ao Estado garantir a oferta e abertura de vagas suficientes. E “os professores não podem ser prejudicados por algo que não lhes pode ser imputado”. ●

